

23 JUL 1985

Discurso decepcionante ^{SARNEY} _{discusso}

Esperado com interesse, e até mesmo com angústia, por tantos quantos se obstinam a exigir um governo efetivo no País, o discurso do presidente Sarney, pronunciado ontem em cadeia de rádio e TV, não faz senão aprofundar, a cada frase em que se desdobra, a cada obviedade anunciada, a cada intenção a que se arrisca, um sentimento de verdadeira consternação cívica, de absoluto desconsternamento diante do que se anunciava o início de uma nova fase no governo, onde uma atitude de franqueza decisória e de coragem pudesse enfim ser demonstrada.

Não é pela facilidade de persistir na crítica, por um espírito de cobrança exacerbado ou em função do acúmulo de prioridades irresolvidas ao longo de tantos anos, que essa sensação penosa colherá mesmo os mais otimistas. É a evidência de que um prazo improrrogável se escoa entre os dedos do Presidente, sem que nada surja como o motivo básico de seu governo, como objetivo crucial de uma administração — em que, entretanto, depositaram-se, se não as esperanças múltiplas de renovação e mudança, pelo menos o crédito merecido por aqueles que afirmam ter bons propósitos para o País.

Bons propósitos não faltaram ao discurso presidencial; ao contrário, a sensação que prevalece é a de que, num esforço patético, reuniram-se todas as palavras sobre as quais ninguém apresentará discordâncias, todas as generalidades indubitáveis, todas as opiniões costumeiras, todos os temas da trivialidade ideológica, sem que, ao fim do que foi dito, restasse outra impressão senão a de alguém em debate com uma triste ausência de rumos.

O Presidente acerta na constatação das dificuldades presentes. Tem razão ao recuar, horrorizado, diante das injustiças sociais. É pertinente quando

afirma a necessidade de redirecionar a atuação do setor público. Não erra ao pretender um crescimento econômico firme no País. É veemente em sua defesa da democracia; em seu empenho pela legalidade. Quer atacar a miséria. Não descarta dos valores espirituais e da educação. Terá o apoio de todos no objetivo — que afirmou ser o seu — de renegociar a dívida externa sem negligenciar seu aspecto político.

O Presidente soube demonstrar, enfim, suas justas preocupações, seus embaraços pessoais, suas intenções subjetivas; não demonstrou ser Presidente. Congregou todas as expectativas nacionais para abrir uma porta escancarada; a todos estendeu a esperança de que anunciaria um plano real de mudanças econômicas, e a todos frustra lamentavelmente. Conclama a Nação — para apontar-lhe o espaço vazio. Descerra as cortinas do óbvio — que, não obstante, parecem sufocá-lo.

Uma oportunidade histórica foi perdida, e é difícil que se possa renovar. Um esforço inédito de convergência das aspirações nacionais, como o vivido em anos recentes pelo País, sucumbe na ausência de medidas que efetivamente as satisfaçam. Não porque o presidente Sarney não tenha enunciado frases nesse sentido, ou porque tivesse contrariado convicções gerais; mas porque, repetindo-as meramente, sem partir delas para um programa de governo, reduziu-as à simples condição de frases. E uma sustentação da opinião pública, que já era difícil em face da ilegitimidade de seu governo, se vê corroída inapelavelmente diante de um visível fracasso em dizer a que veio. Apontasse para um objetivo concreto, poderia atrair, se não a concordância, ao menos o debate; apresentando-se de mãos vazias, suscita apenas indiferença ou frustração.

Não foi desta vez

Do ponto de vista econômico, o discurso do Presidente — anunciado com muita pompa há duas semanas e aguardado, desde então, com justa esperança — decepcionou. Somos mais uma vez informados de que a atual administração recebeu herança financeira caótica, com um déficit de Cr\$ 110 trilhões, uma expectativa de inflação anual na casa dos 400% e uma ausência completa de planejamento. O presidente Sarney mandou cortar as despesas e aumentou as receitas, reduzindo com isso o déficit para Cr\$ 50 trilhões, o que permitirá ao País, segundo afirmou, consolidar um crescimento de 5% a 6% ao ano, com inflação em queda.

Diante de continuadas críticas quanto à sua indefinição na área econômica, incertezas geradas pela disputa entre ministros e ainda falta de um programa de governo, o Presidente reagiu convocando especialistas para conciliábulos em Brasília. Contratou um assessor especial e agora, após encontrar-se com os governadores numa solene manifestação de apoio mútuo, se propôs a fazer um discurso memorável, no qual seriam finalmente expressas as diretrizes básicas do seu governo, de cuja orientação seus auxiliares não poderiam divergir, sob pena de terem de afastar-se do cargo. Não se poderia mais acusá-lo, depois do discurso, de indeciso ou despreparado em relação ao longo prazo.

O Presidente veio a público e afirmou que as medidas adotadas até aqui pelo seu governo serão suficientes para reduzir os juros, promover as exportações e a agricultura, reduzir a especulação financeira, sanear as estatais, incentivar as pequenas e médias empresas, reduzir a estatização, além de consolidar o mercado interno e as empresas privadas. Utilizará para atingir tais objetivos o já anunciado corte no déficit público, uma política salarial realista, um controle de preços seletivos e a unificação dos orçamentos do setor público. Haverá também um plano plurianual de investimentos ao lado do novo PND e, ressaltados os direitos e a soberania nacional, a dívida externa deverá ser renegociada de forma a evitar a recessão doméstica.

Ora, a esse nível de generalidade tudo é possível e, sendo assim, o Presidente deu asas à imaginação. O País já atingiu, disse, a maioria política e agora deve buscar a abertura econômica através de um "acordo

nacional" — em busca dos anseios de liberdade, desenvolvimento, opção pelo social, identidade cultural, além de soberania e independência. Não se esqueceu de mencionar os problemas do baixo nível de renda do Nordeste, da reforma agrária, da habitação, da alimentação, da educação e outros.

É impossível contradizer o sentido dessas metas, mas é igualmente impossível vislumbrar como se poderia aproximar delas com simples enunciados de boas intenções. Aguardava-se do Presidente um passo à frente, por menor que fosse, em relação a tudo que já foi dito e revisto nestes últimos quatro meses, em termos de programação econômica, pois as medidas emergenciais sobre preços, tarifas, correção monetária e cambial estão visivelmente esgotadas, e o recente pacote financeiro é apenas outra iniciativa de curto prazo. De fato, esse pacote, que é fundamental na justificativa do otimismo presidencial, não passa de manifestação de intenções, cuja eficácia depende de inúmeras variáveis ainda não quantificadas devidamente — atrasos em liberações do Tesouro, do Banco do Brasil, recomposição de tarifas e assim por diante.

Com relação à dívida externa, cujas negociações ora em curso não evoluem dadas as confusões numéricas, de conceitos e de predisposições políticas conflitantes em relação aos seus objetivos, nada se disse, além daquilo que já se ouvia, aliás, com melhor utilização das figuras de retórica, de Tancredo Neves. E do andamento das infundáveis comissões que já se criaram — mordomias, reforma tributária, administrativa, universitária etc. — pouco se sabe, o que não impede que novas comissões, em áreas inclusive afins, sejam frequentemente criadas para cuidar do dia-a-dia.

O Presidente, sem dúvida, aproveita ao máximo a evolução favorável, ainda que circunstancial, dos indicadores da economia externa — preços do petróleo e juros — para ganhar tempo e não se aprofundar em temas complexos e polêmicos. O seu discurso não contém um diagnóstico dos problemas domésticos — é como se tudo estivesse sob controle com as medidas adotadas — e tampouco delineia um programa de governo, ficando este, como já se tornou lamentavelmente um hábito, para outra oportunidade.